



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ou responsáveis legais estejam submetidos a tratamento de saúde periódico ou contínuo.

.....(NR).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei visa alterar a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar vaga em escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental, mais próxima do estabelecimento de saúde no qual a criança, seus irmãos, genitores ou responsáveis legais estejam submetidos a tratamento de saúde periódico ou contínuo.

O objetivo pretendido com o Projeto, primeiramente, é proteger a família, base da sociedade, que teve modificada seu cotidiano muitas vezes até com mudança de cidade em busca de tratamento, e em especial as crianças, seja a acometida de doença grave ou os irmãos sadios, para que a todos sejam permitidos o desenvolvimento sadio e harmonioso, conforme dispõe o artigo 7º, do Estatuto da Criança e do Adolescente²

Uma das razões do projeto de lei em análise é também promover o suporte da família ao paciente acometido da doença, que segundo estudos

² https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

realizados³, veem-se afetados os relacionamentos de diversas formas de modo que passam a vivenciar longos períodos de hospitalização, internações frequentes, terapêutica agressiva, interrupção das atividades diárias, desajustes financeiros, dentre outros. Dessa forma, esses pacientes tenderiam a enfrentar melhor a situação na qual se encontram e obteriam melhores chances de êxito no tratamento ao terem o apoio da família próxima a eles.

Alguns hospitais, como o Hospital de Amor de Barretos/SP, para garantir que as crianças e os adolescentes em tratamento na unidade infantojuvenil não percam o ano letivo, oferece uma classe hospitalar, com professores que seguem o conteúdo programático das escolas desses pacientes. Além da estrutura, também proporciona anualmente uma cerimônia de formatura para que os pequenos possam celebrar mais um ano de conquistas⁴

Porém, a realidade do Hospital de Amor de Barretos/SP infelizmente não é a regra para os demais centros de tratamento Brasil afora, e muitas crianças e jovens acabam abandonando as escolas em razão das inúmeras dificuldades encontradas durante o tratamento.

Dessa forma, o Projeto de Lei em análise também ter por objetivo prevenir e evitar a evasão escolar, que segundo mostram os dados⁵ 5% dos jovens abandonam a escola por estarem acometidos por doenças graves ou

3 <https://www.rsctemp.sti.ufcg.edu.br/index.php/RSC-UFCG/article/viewFile/464/290>

4 <https://www.facebook.com/ohospitaldeamor/videos/para-garantir-que-as-criancas-e-os-adolescentes-em-tratamento-na-unidade-infanto/1575535319201449/>

5 <https://www.politize.com.br/abandono-escolar-causas/>.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

serem portadores de alguma necessidade especial, sendo dever do Estado e de toda comunidade à proteção integral da criança e do adolescente, uma vez que a evasão escolar traz prejuízos sociais e acadêmicos para toda sociedade.

Atualmente, a lei de diretrizes e bases da educação nacional em seu artigo 4º-A dispõe que *“é assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa”*, porém nada trata dos irmãos sadios, ou dos filhos sadios que em razão do local que será feito o tratamento médico e da indisponibilidade de vaga em escola pública próxima ao hospital, acabam ficando separados de seus pais sob o risco, ainda maior, de evasão escolar.

Acreditamos fielmente que sem a intervenção estatal para garantir a obrigatoriedade de vaga na rede pública de ensino próxima ao local onde está sendo feito o tratamento de saúde, os pais não obterão êxito na matrícula dos seus filhos, por não preencherem um dos requisitos básicos para a obtenção da vaga escolar, que é a proximidade da escola com a residência do aluno.

Por fim, ressaltamos que a proposta do presente PL não irá gerar desgastes e encargos para os cidadãos, tampouco para a economia.

Diante de todo o exposto, rogamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste importante projeto de lei.

Sala das Sessões, ____ de fevereiro de 2022.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Geninho Zuliani

Deputado Federal DEM/SP

Apresentação: 22/02/2022 10:20 - Mesa

PL n.335/2022

